



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

PARECER Nº 160, DE 2020

De PLENÁRIO, sobre a Medida Provisória nº 993, de 2020, que *autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA*.

Relator: Senador **CARLOS FÁVARO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário do Senado Federal, para emissão de parecer após apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados, a Medida Provisória (MPV) nº 993, de 28 de julho de 2020, que *autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA*.

A Câmara dos Deputados aprovou a MPV em análise, mantendo, assim, a sua versão original, adiante, analisada.

O *caput* do art. 1º da MPV nº 993, de 2020, estabelece a autorização para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) prorrogue, até 28 de julho de 2023, *vinte e sete contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, dos quais vinte e seis foram firmados com fundamento na alínea “i” do inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e um foi firmado com fundamento na alínea “j” do inciso VI do caput do art. 2º da referida Lei, independentemente da limitação prevista no inciso IV do parágrafo único do art. 4º da referida Lei*.



SF/20240.95098-60



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

Assim, a contratação por necessidade temporária de excepcional interesse público ocorrerá para atender as atividades técnicas especializadas:

i) necessárias à implantação de novas atribuições no INCRA ou as decorrentes de aumento transitório no volume de trabalho quando não puder ser resolvida pelo serviço extraordinário (as chamadas “horas extras”) dos servidores efetivos, de que trata o art. 74 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (alínea i);

ii) de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho, não alcançadas pela alínea “i” e que não se caracterizem como atividades permanentes do INCRA (alínea j).

Por sua vez, o parágrafo único do art. 1º da MPV em exame prevê que *a prorrogação de que trata o ‘caput’ é aplicável aos contratos firmados a partir de 2 de julho de 2014, vigentes na data de entrada em vigor d[est]a Medida Provisória.*

O art. 2º da MPV estabelece sua vigência a partir da data de sua publicação.

Consta da Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 14/2020/MAPA/ME, de 28 de julho de 2020, subscrita pelos Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Economia, que encaminha ao Congresso Nacional a MPV nº 993, de 2020, que o INCRA detém contratos por tempo determinado remanescentes de processo seletivo simplificado autorizado por meio da Portaria Interministerial nº 142, de 29 de abril de 2013, sendo 26 (vinte e seis) com fundamento na alínea “i” e 1 (um) com fundamento na alínea “j” do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Esses contratos foram celebrados no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), transformado na extinta Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), migrados para o INCRA, considerando a assunção das competências relativas à regularização fundiária na Amazônia Legal, de acordo com a





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

recente reforma administrativa instituída pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

Ainda de acordo com a EMI nº 14, de 2020, a prorrogação dos contratos objetiva *garantir a continuidade das ações do INCRA para mitigar o passivo, sendo imprescindível contar com o efetivo funcional com contrato temporário para que o Órgão logre êxito nessa frente de trabalho.*

Durante o prazo regimental foram apresentadas **seis** emendas à MP em análise, das quais **cinco (Emendas nºs 1, 2, 4, 5 e 6)** propõem a realização de concurso público após o término do prazo da contratação temporária de pessoal e **uma (Emenda nº 3)** reduz em um ano esse prazo.

No Plenário da Câmara dos Deputados, o relator da matéria concluiu pela admissibilidade, aprovação do mérito e rejeição de todas as emendas.

Perante a Mesa do Senado Federal foi apresentada uma emenda (**Emenda nº 7**), de autoria da Senadora Zenaide Maia, que propõe a realização de concurso público após o término do prazo da prorrogação dada pelo texto da MPV.

II – ANÁLISE

Quanto a sua admissibilidade, constitucionalidade e juridicidade, observamos que a MPV está adequada a todos os requisitos constantes em nossa Carta Magna.

Cabe ressaltar que, apenas nesta legislatura, que se iniciou em 2019, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal deliberaram ao menos três vezes sobre medidas provisórias, posteriormente transformadas em Leis, que tratavam da prorrogação de contratos por tempo determinado.

Em termos regimentais, é correta a submissão da MPV ao regime jurídico especial de apreciação de medidas provisórias instituído pelo



SF/20240.95098-60



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020, bem como apresenta sua adequada técnica legislativa.

Quanto a sua adequação financeira e orçamentária, de acordo com a Exposição de Motivos Interministerial nº 00014/2020, a prorrogação dos contratos possui dotação orçamentária específica. Assim, a MPV atende aos requisitos da Constituição Federal, bem como Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020.

Antes do voto, cabe ressaltar a importância do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

Com mais de 60 mil ocupações rurais georreferenciadas, o Incra tem uma demanda de aproximadamente 26 mil interessados por regularização de terras, o que aumentou significativamente o volume de trabalho do Instituto.

A prorrogação desses contratos se faz necessária para evitar a paralisia do trabalho e fundamental para reforçar a estrutura do Incra, dando mais oportunidade aos trabalhadores que querem ter acesso à terra e regularização de suas posses.

Assim sendo, diante o prazo de vigência desta Medida Provisória que se encerra no dia 24 de novembro de 2020, propomos a rejeição de todas emendas apresentadas, considerando que qualquer modificação ao texto traria grandes problemas ao Incra e a nossa tão sonhada regularização fundiária.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 993, de 2020, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação



SF/20240.95098-60



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

financeira e orçamentária e, no mérito, pela sua aprovação e rejeição de todas as emendas apresentadas.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



SF/20240.95098-60